

## UM NOVO FRAGMENTO DA *CRÓNICA PORTUGUESA DE ESPANHA E PORTUGAL DE 1341-1342* E SUAS RELAÇÕES COM A HISTORIOGRAFIA ALFONSINA

Filipe Alves Moreira\*

É sabido que um dos desafios com que se confrontam todos quantos estudam textos antigos é o da «Literatura perdida», ou seja, textos de cuja existência temos notícias ou indícios relativamente seguros, mas que de momento podemos considerar desaparecidos ou (com algum optimismo) desconhecidos. A dimensão do fenómeno é tal que levou já alguns investigadores a consagrarem-lhe diversos estudos, sendo um bom exemplo o de Alan Deyermond, que encetou há anos a publicação de uma valiosa *Literatura Perdida de La Edad Média Castellana*, obra de que saiu até ao momento apenas um volume<sup>1</sup> embora outros tenham já sido prometidos. Aí, fazendo um breve périplo pelo que nesta área tem sido feito, constata Deyermond, com razão, a exiguidade de elementos disponíveis no que à produção portuguesa diz respeito<sup>2</sup>. Tal exiguidade, haverá que dizê-lo, é no entanto mais imputável ao desinteresse da crítica do que à inexistência de materiais sobre que trabalhar. Demonstram-no claramente alguns importantes

---

\* Pós-doutorando da FLUP. Trabalho de investigação desenvolvido no âmbito da bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BPD/72825/2010.

<sup>1</sup> A. Deyermond, *La Literatura perdida de la edad media castellana. Catálogo y estudio. I: Épica y romances*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

<sup>2</sup> Deyermond, *La Literatura perdida*, pp. 18-19.

contributos que, apesar de tudo, se têm registado<sup>3</sup>, bem como – e sobretudo – a considerável quantidade de materiais ainda pouco ou mesmo nada aproveitados. Entre estes, conta-se nada menos que todo um género historiográfico especificamente tardo-medieval, o dos «Sumários de Crónicas», o qual, muito cultivado na Península Ibérica durante os séculos XIV e XV, o foi também entre nós, sobretudo ao longo de todo o século XVI. Percorrendo-se a listagem elaborada pela equipa do BITAGAP<sup>4</sup>, que teve o louvável discernimento de não os deixar de fora, e conhecendo-se o que noutras latitudes se tem escrito sobre este género<sup>5</sup>, fica-se na verdade surpreendido com a indiferença perante ele de que persistentemente tem dado mostras a erudição nacional.

Apesar disso, não será difícil perceber que o facto de estes *Sumários* se apresentarem basicamente como resumos de obras historiográficas mais extensas (sobretudo crónicas) evidentemente anteriores faz com que entre as muitas razões que deveriam aconselhar o seu estudo esteja a possibilidade de pelo menos alguns deles terem chegado a conhecer e preservar textos hoje desconhecidos ou mesmo desaparecidos – a tal «literatura perdida» a que comecei por me referir. É disso eloquente exemplo um dos poucos compiladores que logrou alguma atenção por parte da crítica, mas cuja obra, segundo procurarei ao longo das seguintes páginas demonstrar, nos reserva ainda assim muito importantes e insuspeitas novidades.

---

<sup>3</sup> Cf. as referências de Deyermond, *La Literatura perdida*, pp. 18-19, bem como as que mencionarei ao longo deste artigo.

<sup>4</sup> <http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon/phhmbp.html>

<sup>5</sup> A título de exemplo, refira-se que o mais recente número da prestigiada publicação electrónica *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales*, de Dezembro de 2008, foi maioritariamente dedicado a Sumários de Crónicas castelhanos redigidos ao longo do século XIV [pode ler-se no seguinte endereço: <http://e-spania.revues.org/index13793.html>]. Para um breve, mas esclarecedor, ponto da situação sobre os Sumários castelhanos do século XV, que têm sido mais estudados que os seus antecessores, veja-se J.-P. Jardin, «El modelo alfonsí ante la revolución trastámara. Los sumarios de crónicas generales del siglo XV», *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII – XV)*, estudios reunidos e introducidos por Georges Martin, Madrid, Casa de Velázquez, 2000.

### A obra de Acenheiro, «um cemitério de crónicas»

Corria o ano de 1535 e reinava em Portugal D. João III quando o bacharel e morador da cidade de Évora Cristóvão Rodrigues Acenheiro<sup>6</sup> se abalçou à tarefa, que à época começava a suscitar interesse entre nós, de reunir, seleccionar e sumariar um conjunto de informações respeitantes à história dos sucessivos monarcas portugueses. Segundo ele próprio afirmava<sup>7</sup>, o seu labor assentava em três conjuntos principais de fontes: as crónicas novas e velhas do reino, mais uma antiga crónica «da Galiza» e uma outra castelhana (D. Henrique a D. Afonso IV); um Sumário previamente feito por algum curioso a que ele se limitaria a acrescentar certos trechos (D. Pedro a D. João II) e, finalmente, recordações do próprio Acenheiro (D. Manuel e D. João III). Ainda que os objectivos de tal trabalho não tenham sido expostos com a mesma clareza, facilmente se suporá radicarem eles na conveniência de pôr nas mãos de públicos diversificados matéria que por então estaria ao alcance apenas de quem tivesse os conhecimentos e os meios necessários para proceder à leitura ou cópia das volumosas e ainda inéditas crónicas oficiais. Em todo o caso, e apesar do sucesso de que poderão dar conta várias cópias que da sua obra se fizeram<sup>8</sup>, a crítica moderna tardaria a reconhecer o importante papel por ela desempenhado. A Academia das Ciências de Lisboa incluiu-a, é certo, na valiosa colecção de «Inéditos de História Portuguesa», editando-a em 1824 sob a designação de *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Mas terá bastado um severo juízo de Herculano considerando-a «um rol de mentiras e

---

<sup>6</sup> Ele próprio nos informa destes factos: C. R. Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, Tomo V da «Collecção de Inéditos da História Portuguesa», Lisboa, Real Academia das Sciencias, 1824, pp. 1, 12 e 116.

<sup>7</sup> Acenheiro, *Chronicas*, pp. 12 e 116.

<sup>8</sup> Duas das quais são usadas na única edição existente; é também imprescindível a meritória listagem organizada pelo sítio do BITAGAP, embora haja que ter em conta que, mesmo que dubitativamente, são aí atribuídos a Acenheiro vários *Sumários de Crónicas* cuja autoria certamente lhe não pertence.

disparates» ou uma não menos severa e sumária apreciação de Teófilo Braga<sup>9</sup> para que a obra regressasse ao olvido de que por momentos e graças à impressão parecera poder sair.

Assim iam as coisas quando, pelos anos 40 do século passado, as infatigáveis e por vezes injustamente esquecidas investigações de Artur de Magalhães Basto em torno da nossa antiga historiografia abriram caminho para uma melhor compreensão dos importantes problemas suscitados pela obra de Acenheiro. O erudito investigador portuense compreendeu muito bem, na verdade, que, ao apresentarem-se como simples compilações de escritos alheios, as páginas do bacharel de Évora talvez preservassem amplas passagens provenientes de textos que hoje se poderão considerar perdidos ou desconhecidos – qualquer coisa como um «cemitério de crónicas»<sup>10</sup>. E, tratando de pôr em prática a sua ideia, conseguiu demonstrar que entre as fontes de Acenheiro se encontrava nada menos que a crónica que tinha sido há pouco redescoberta pelo próprio Magalhães Basto – refiro-me, naturalmente, à *Crónica de 1419-*, e que seria ela uma das crónicas velhas do reino a que o historiador quinhentista alude em algumas passagens da primeira parte da sua obra. Dado o estado defeituoso em que esta crónica chegou até nós, a compilação de Acenheiro poderia mesmo fornecer importantes achegas a respeito de algumas das suas lacunas actualmente verificáveis, entre elas, e como logo evidenciou Magalhães Basto, talvez o célebre episódio da morte de Inês de Castro<sup>11</sup>. Por outro lado, ao acolher quase na íntegra uma obscena carta de D. Afonso IV cujas passagens mais chocantes haviam sido

---

<sup>9</sup> Lembrados, entre outros, por D. Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962, p. 214.

<sup>10</sup> A. M. Basto, *Fernão Lopes: suas “crónicas perdidas” e a crónica geral do reino – a propósito duma crónica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal*, Porto, Livraria Progredior, 1943. Os artigos aqui incluídos foram quase todos inicialmente publicados no *Primeiro de Janeiro*, jornal cujas páginas guardam ainda valiosos estudos do mesmo autor nunca saídos à luz sob a forma de livro.

<sup>11</sup> Basto, *Fernão Lopes: suas “crónicas perdidas”*, pp. 37-47.

explicitamente silenciadas por Rui de Pina, prestara o bacharel um importante serviço à cultura portuguesa<sup>12</sup>.

### **Acenheiro, a «Coronica Gallega» e o ms. Alc. 290 BN**

Na década seguinte, seria a vez de Diego Catalán recuperar para a investigação a outrora desprezada obra de Cristóvão Rodrigues Acenheiro. Catalán deparou-se com ela pela primeira vez aquando das suas investigações em torno da historiografia de Afonso XI<sup>13</sup>. Verificando, com efeito, que num considerável número de autores portugueses dos séculos XVI e XVII que historiaram o reinado de Afonso IV (Pina, Acenheiro, Nunes de Leão, Rafael de Jesus, Faria e Sousa) se reflectia com clareza o conhecimento tanto do *Poema* (ou da *Gran Crónica*) de Afonso XI como da versão mais conhecida da *Crónica de Afonso XI*, Catalán estuda minuciosamente as relações destes textos entre si, adiantando a hipótese de que todos eles decorressem, directa ou indirectamente, da *Crónica de 1419*, cujo autor – que Catalán nunca duvidou ter sido Fernão Lopes – seria assim o único a ter tido acesso às referidas obras castelhanas, nem sempre as aproveitando, porém, com rigorosa fidelidade<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> A. M. Basto, *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1960, onde também se recolhe boa parte dos artigos já editados na obra de 1943 anteriormente mencionada.

<sup>13</sup> D. Catalán, *Un cronista anonimo del siglo XIV (La Gran Crónica de Afonso XI)*, Canarias, Universidad de la Laguna, 1955.

<sup>14</sup> Visto que o ms. Cadaval da *Crónica de 1419* (único que inclui o reinado de Afonso IV específico desta crónica) apresenta várias lacunas preenchidas com texto de Rui de Pina, as passagens oriundas do *Poema* (ou da *Gran Crónica*) e da *Crónica de Afonso XI* apenas nos são conhecidas na versão deste último autor. Porque Pina teve na *Crónica de 1419* a sua fonte estrutural básica, é possível que tenha sido já ela a aproveitar as referidas obras castelhanas, tal como pensava Catalán em 1955. O grande investigador dá, porém, algumas mostras de ter matizado a questão na introdução à sua edição da *Gran Crónica de Afonso XI*, Madrid, Gredos, 1976, onde, e de forma que me parece mais correcta, coloca já a possibilidade de ter sido Pina – e não o cronista de 1419 – quem manejou os textos castelhanos. Embora trate este assunto na minha dissertação de doutoramento, parece-me todavia de salientar aqui que o relato da batalha do Salado que consta da crónica de Rui de Pina (que Catalán crê provir do texto quatrocentista) se baseia em boa parte na célebre narrativa do *Livro de Linhagens*, e que não parece haver no texto actualmente conhecido da *Crónica de 1419* qualquer passagem que remonte a essa obra, ao contrário do que se passa nas crónicas de Pina, onde tal uso é

Ao mesmo tempo, despertou-lhe a atenção certa «crónica galega de trezentos anos feita», cuja matéria abarcaria desde o reinado de Pelágio até à batalha do Salado<sup>15</sup>, obra a que por mais de uma vez aludia Acenheiro, sem que o grande investigador espanhol curasse, por então, de desenvolver o assunto.

Tal viria a acontecer num conjunto de artigos logo revistos e reunidos em livro<sup>16</sup>. Aí, procurou Catalán, com inegável sucesso, deslindar as fontes do modesto bacharel de Évora, demorando-se particularmente na secção dedicada a D. Henrique e aos sete primeiros reis de Portugal. Secundando as atrás mencionadas pesquisas de Magalhães Basto, Catalán começa por confirmar que as «cinco crónicas velhas do reino que primeiro se ordenarão» a que alude Acenheiro correspondem à *Crónica de 1419*, e que, ao contrário do que as palavras do historiógrafo quinhentista fazem crer, o aproveitamento desta fonte não se limita à história dos cinco primeiros reis, verificando-se também no reinado de D. Afonso IV. As crónicas novas do reino seriam, por sua vez, e como também já Magalhães Basto notara e facilmente se suspeitaria, as de Duarte Galvão e Rui de Pina<sup>17</sup>.

As grandes novidades do estudo de Catalán viriam, no entanto, de outros lados. Visivelmente empenhado em refutar a bastardia de D. Teresa (questão que começava a pôr problemas à emergente historiografia nacionalista), Acenheiro convoca a seu favor o depoimento de duas «antegíssimas carónicas», castelhana uma, «gallega» a outra, das quais constava ter sido a

---

comum. Por outro lado, ao narrar as guerras luso-castelhanas originadas pelo casamento de D. Constança Manuel com o Infante D. Pedro de Portugal, Pina intercala no relato oriundo da *Crónica de 1419* algumas passagens (por exemplo a entrevista da rainha Beatriz com Afonso XI ou a doença do rei aquando do cerco de Badajoz) que me parecem claramente derivadas da *Crónica de Afonso XI*, o que nos garante que ele teve acesso directo a esta fonte. Também é mais característico do estilo historiográfico de Rui de Pina do que da *Crónica de 1419* fazer largas digressões sobre História castelhana ou europeia.

<sup>15</sup> «(...) e a coroniqua de Galliza feita da destroizã delRei Dom Rodrigo e como se reformou per o Infante Dom Payo diz (...)», p. 6; «e outra Gallega até à batalha do Sallado, que foi o seitimo Rei de Portugal», p. 116.

<sup>16</sup> Catalán, *De Alfonso X*, pp. 214-288.

<sup>17</sup> Catalán, *De Alfonso X*, p. 217.

ligação de Afonso VI a Ximena Muñoz, mãe de Teresa, não um concubinato mas um verdadeiro e legítimo casamento. Cita, para esse efeito, e «de berbo a berbo», os casamentos e a descendência de Afonso VI de acordo com ambas as crónicas<sup>18</sup> (a segunda das quais incluía o baptismo da Moura Zaida e uma remissão para a história dos reis de Portugal) e volta a referir-se à «Coronica gallega» a respeito de dois pormenores directamente relacionados com o reinado de D. Afonso Henriques: o auxílio de Soeiro Mendes em S. Mamede e a informação de que D. Mafalda, primeira rainha portuguesa, seria da linhagem de «Bollonha»<sup>19</sup>. Comparando todas estas citações com a historiografia medieval ibérica, verifica Catalán que a descendência de Afonso VI tal como constava da «Coronica da Galliza» se baseava fundamentalmente numa versão do *Liber Regum* aparentada com a redacção toledana desta obra, embora contivesse passagens que nela não figuravam; que a historieta do baptismo da Moura Zaida aí interpolada aparece também na *Versão Amplificada*<sup>20</sup> e na *Versão Crítica*<sup>21</sup> da *Estoria de España*, mas inserida no meio de matéria textual oriunda de Lucas de Tuy e Ximénez de Rada, o que na citação de Acenheiro se não verifica; que os episódios do reinado de Afonso Henriques são, por sua vez, muito semelhantes ao que a este respeito contam tanto a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz* e o *Livro de Linhagens*, como a *Versão Crítica da Estória de España*; e, por último, que a «antegissima» crónica castelhana apresentava também vários pontos de contacto com a redacção toledana do *Liber Regum* acrescentando-lhe, porém, matéria respeitante à figura de D. Afonso VI que não se encontra em nenhuma das versões actualmente conhecidas desta obra de origem navarra. Explicando e

---

<sup>18</sup> Acenheiro, *Chronicas*, pp. 5-8.

<sup>19</sup> Acenheiro, *Chronicas*, pp. 18 (Soeiro Mendes) e 29 (D. Mafalda). O «bollonha» será, segundo Catalán, confusão com «Moliana».

<sup>20</sup> E na *Ocampiana*, que com ela se relaciona.

<sup>21</sup> À época conhecida, nesta secção, através da família de manuscritos designada por *Crónica de Veinte* (ou *Once*) *Reyes*.

aprofundando estas relações, pôde o investigador espanhol chegar às seguintes e muito importantes conclusões:

- (i) A «coronica gallega de trezentos anos feita» seria uma obra portuguesa redigida entre 1341-1342 cuja matéria abarcava o lapso temporal que vai do início da reconquista a meados do século XIV e incluía uma secção especificamente dedicada aos reis de Portugal, pelo que a poderemos designar por *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*
- (ii) Pelo menos no que ao reinado de D. Afonso Henriques diz respeito, a fonte desta *Crónica de 134-1342* foi um texto historiográfico português<sup>22</sup> que já antes tinha sido aproveitado pela *Versão Crítica da Estória de España*, obra em que o nosso primeiro rei ocupa muito mais espaço do que em qualquer outra crónica castelhana;
- (iii) Na parte dedicada aos reis asturianos, leoneses e castelhanos esta *Crónica Portuguesa* baseava-se, não na obra de Afonso X nem nos seus antecedentes Lucas de Tuy e Ximénez de Rada, mas numa *\*Versão Interpolada do Liber Regum* aparentada com a redacção toledana deste texto e anteriormente já usada pelos redactores da *Estoria de España*
- (iv) Sendo anterior a ambas as obras historiográficas do Conde de Barcelos, a *Crónica Portuguesa* seria uma das suas fontes e constituiria o original de onde se viria a copiar a chamada *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*
- (v) Quanto à outra crónica antiga aduzida por Acenheiro (e mais tarde manejada também por André de Resende e António

---

<sup>22</sup> Texto que, por minha parte, creio poder considerar-se a primeira crónica portuguesa: F. A. Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008.



Brandão, que dela oferecem novas citações) tratar-se-ia de uma redacção do *Liber Regum* em língua castelhana diferente de qualquer uma das restantes versões conhecidas desta obra, incluindo a que foi incorporada na *Crónica Portuguesa de 1341-1342*, apesar de tal como ela se mostrar em diversos momentos aparentada com a redacção toledana; a sua principal característica seria o grande espaço aí dedicado à figura de Afonso VI, razão pela qual Acenheiro chega a chamar-lhe «Crónica de D. Afonso que tomou Toledo aos mouros»<sup>23</sup>

Neste mesmo estudo, e embora se refira à questão apenas de passagem, Catalán chega a uma outra conclusão de extraordinária importância, por muito que a crítica tenha vindo a ignorá-la<sup>24</sup>: afirma ele, com efeito, que a sùmula de crónicas em que o bacharel baseou o seu trabalho na secção dedicada aos reis Pedro I a João II não só nos é conhecida, como se trata nada menos que do «unique and most interesting»<sup>25</sup> ms. 290 do fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional, suposto rascunho de Duarte Galvão em que se encontra uma *Crónica de D. Afonso Henriques* amplamente emendada e anotada bem como um sumário dos reinados de D. Sancho I a D. João II juntamente com alguns outros textos<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Catalán, *De Alfonso X*, pp. 205-288 e 413-422. Ver também D. Catalán – M. S. Andrés (ed.), *Crónica General de España de 1344*, I, Madrid, Gredos, 1970, pp. XXXIII-XLIV e LXI-LXII.

<sup>24</sup> O seu alcance foi, todavia, correctamente apreendido por Lindley Cintra, «Sobre o Códice Alcobacense 290 (antº 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)» in Faria, I. H. (Coord.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 269-288.

<sup>25</sup> Conforme o qualifica A. R. Nykl, *Crónica del rey D. Affomssso Hamrriquez / Duarte Galvão; Partial critical edition with introduction and notes*, Cambridge, 1942, p. xviii.

<sup>26</sup> Catalán, *De Alfonso X*, pp. 217-218.

Após estes notáveis esforços de Magalhães Basto e Diego Catalán, voltaria a obra de Acenheiro a cair num relativo esquecimento, dele saindo quase só naqueles momentos em que diversos autores, abalançando-se a sínteses da antiga historiografia portuguesa, se limitavam a citar uma ou outra passagem das *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* ou a reproduzir as teses daqueles dois investigadores, apesar de nem sempre darem mostras, diga-se, de as terem correctamente assimilado. Uma importante excepção a este panorama constituem-no os trabalhos de Jorge de Sena, que a Acenheiro dedicou um verbete no *Grande Dicionário de Literatura e Crítica Portuguesa*<sup>27</sup> e já antes se havia ocupado dele, com bastante detalhe, no seu monumental estudo dedicado às representações histórico-literárias da figura de Inês de Castro<sup>28</sup>. A Sena cabe o indiscutível mérito de abrir caminho para uma nova abordagem da obra em questão, especificamente direccionada para o estudo da forma como Acenheiro tratou a matéria compilada e do que isso poderia revelar de um discurso ideológico representativo de alguns sectores da elite intelectual portuguesa do tempo de D. João III. Infelizmente, certa tendência do então professor da Universidade de Wisconsin para se enredar em pseudo-problemas, aliada a um desconhecimento da produção historiográfica quinhentista que o estilo assertivo não chega a disfarçar por completo, fazem do seu vasto ensaio uma curiosa mistura de inovadoras pistas de trabalho e intuições geniais com leituras equivocadas e teses manifestamente insustentáveis<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Incluído em J. Sena, *Estudos de Literatura Portuguesa – III*, Lisboa, Edições 70, 1988.

<sup>28</sup> Incluído em J. Sena, *Estudos de História e de Cultura – I*, Lisboa, Ocidente, 1967.

<sup>29</sup> O facto de Sena não ter em conta o ms. 290, desconhecer os trabalhos de Catalán e desprezar injustamente os de Magalhães Basto leva-o, por exemplo, a dar como certo o conhecimento por parte de Acenheiro da Versão de 1460 da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (obra que Sena crê poder identificar com a tal «Coronica Gallega», sem curar de conferir as citações do bacharel de Évora com aquele texto), quando é evidente que a fonte das passagens em questão foi o sumário do manuscrito alcobacense, o que por sua vez basta para que várias das supostas *especificidades* de Acenheiro em relação à obra de Fernão Lopes devam ser encaradas a outra luz. Por outro lado, afirma ele que entre Acenheiro e Duarte Nunes de Leão não houve nenhuma outra iniciativa de sumários de crónicas, e no entanto

Assim sucessivamente resgatadas do injusto desprezo a que o juízo de Herculano as havia relegado, as *Sumas* de Acenheiro terão, no entanto, certamente ainda muito que dizer e que revelar no que à sua configuração interna e relações com a antiga historiografia portuguesa ou castelhana diz respeito. Que isso é assim, demonstra-o uma pequena mas muito interessante passagem cujo estudo constitui a principal razão de ser deste trabalho.

### **Um fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal* até agora desadvertido**

Segundo vimos mais acima, a Diego Catalán se deve tanto a caracterização em traços gerais da «*Coronica Gallega*» a que por mais de uma vez se refere Acenheiro, como a observação de que a fonte do bacharel para a parte da sua obra iniciada com Pedro I foi o Sumário de Crónicas do ms. 290 Alc. da Biblioteca Nacional. Ao investigador espanhol escapou, porém, uma passagem, precisamente do reinado de D. Pedro, que, segundo iremos ver, não só nos permitirá aceder a mais um trecho da hoje perdida *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*, como poderá abrir um novo capítulo a respeito das relações textuais desta mesma crónica com a historiografia de raiz alfonsina do século XIII.

Embora o próprio Acenheiro declare ter encontrado os reinados de D. Pedro a D. João II bem sumariados por «algum curioso»<sup>30</sup> (o que significará que a autoria do texto alcobacense lhe era desconhecida), e que por isso o seu trabalho se limitaria a algumas adições, nem sempre tais adições são por ele

---

abundam pelos arquivos nacionais e estrangeiros diversos manuscritos pertencentes a esse género que sem dúvida se situam em tal lapso cronológico – tendo o próprio Sena, aliás, chamado correcta e pertinentemente a atenção para um desses textos, publicado em 1555 e, com alterações, em 1570! Demais, entre a obra de 1600 de Nunes de Leão – que é aquela a que Sena se refere – e a de Acenheiro há muito notórias diferenças: Acenheiro *sumariou* crónicas, Nunes de Leão *reformulou* crónicas. Um prolongou no essencial a tradição medieval, o outro reagiu contra ela.

<sup>30</sup> Acenheiro, *Chronicas*, p. 118.

explicitamente assinaladas, pelo que só um estudo comparativo do seu texto com o do ms. 290 – que passarei a designar por *Sumário* – permite deslindar com precisão o que remonta à fonte e o que ao compilador exclusivamente de deve<sup>31</sup>. Assim, o capítulo XVI da edição da Academia das Ciências, «D’ElRey Dom Pedro, oitavo Rei de Portugal»<sup>32</sup> é, globalmente, mera cópia do *Sumário*, contando pela mesma ordem e quase sempre pelas mesmas palavras a apreciação geral do reinado, a descendência do monarca ou os diversos casos de aplicação de justiça que em última instância remontam à crónica de Fernão Lopes. O mesmo se poderá dizer do capítulo seguinte, «Comta do caso de Dona Ynês de Crasto, e vingança de sua ynocente morte, e quem era», embora aqui Acenheiro introduza, no início e sobretudo no final, juízos de valor evidentemente destinados a enaltecer a inocência de Inês e a desrazão do seu assassinato. O capítulo que a este se segue, «Como Ynês de Crasto era de grande linhagem; e como os Reis de Portugal decendem della por parte de molheres no modo segimte» – também ele claramente destinado a de alguma forma glorificar a jovem assassinada – é, todavia, na sua maior parte, da responsabilidade do próprio Acenheiro, pois o *Sumário* passa sem solução de continuidade das curiosas palavras dirigidas por Pêro Coelho ao seu algoz às andanças do futuro Henrique II de Castela.

Ora, na parte final daquilo que neste capítulo é sem dúvida da responsabilidade de Acenheiro, encontra-se narrado um curioso episódio relacionado com um antepassado de Inês cujo carácter de adição e cuja origem são explicitamente consignados:

---

<sup>31</sup> Devo advertir que o *Sumário* de Crónicas do ms. 290 foi copiado no ms. CIII 2-12 da Biblioteca Pública de Évora, o qual foi dado a conhecer e parcialmente editado (reinados de Sancho I a Afonso III e final do de Afonso V) por Magalhães Basto (ed.), *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, Porto, Civilização, 1945, pp. 355-360. Como noutra ocasião terei oportunidade de demonstrar, o principal atractivo deste manuscrito reside no facto de ter conhecido o texto do ms. 290 antes de que a segunda mão lhe acrescentasse alguns trechos. A ele recorri também, em virtude de ser globalmente mais legível do que o 290 Alc. BN. No manuscrito de Lisboa, o sumário do reinado de D. Pedro principia no fólho 55v; no de Évora, tem início no fólho 3r.

<sup>32</sup> Acenheiro, *Chronicas*, pp. 118-124.

«**Acha-se em Caronicas velhas da reformação da Espanha de hũ grande Senhor de linhagem de Crasto o segimte:** que Dona Oraca, mai d'ElRei Dom Affõso de Castella Emperador, casou com ElRei Dom Affõso d'Aragam, e morto sem filho, casou a dita Dona Oraca com o Comde Dom Pedro de Lara: e a ElRei pesou-lhe por que se de sua mai filho ouvesse [temia-se de]<sup>33</sup> ser deserdado da terra, e todos os que souberão tal casamêto o ouverão por mao; e ella ouve hũ filho do dito Comde Dom Pedro de Lara, e o filho ouve nome Fizzlão Furtado. Ao Emperador pesou muito, e dixe comtra seus cavalleiros: *Como poderia aver direito de meu padrao: e hũ cavalleiro de linhagem de Crasto lhe dixe: Premde-o agora em estas cortes de Palêça, e vosa madre com elle; senão nõca seredes senhor da terra:* e o Emperador lhe dixe: *Não ei Cavalleiros com que o posa fazer.* e o cavalleiro lhe dixe, *Senhor, eu vos darei trimta e simquo cavalleiros, e trezemos escudeiros de pee, homens de poridade, se o quiserdes fazer.* E elle dixe que lhe prazia; e naquella noite se forão todos a sas pousadas, e ficou o Comde Dom Pedro mui seguro, que se não gardava de nhenhũa [sic] cousa, com sua molher Dona Oraca: e sendo à noite, despois que se ouverom fallado, emtrou o Emperador pella casa de sa madre, e premdeo-a, e des ahi premdeo seo padrao, e tomou-lhe menagem de nõca mais tornar a sa madre; e foi-se o Comde Dom Pedro de Lara comtra mar<sup>34</sup>, em que avia comquista comtra emfies. **E assim se acabou o caso e linhagem de Dona Ynês de Crasto, que bem cabe nesta Caroniqua. Tee qui acaba esta boa adiçam.**»<sup>35</sup>

É evidente que esta passagem constava de algum dos velhos textos manejados por Acenheiro (até porque o episódio aparece já em obras muito anteriores que adiante referirei), e que a sua inclusão num capítulo particularmente elogioso para com Inês de Castro e a sua linhagem obedece aos propósitos do bacharel, como se a lembrança de um momento em que a contribuição de «um grande senhor de linhagem de Crasto» foi decisiva para ajudar um monarca ibérico a pôr cobro a uma situação potencialmente desestabilizadora para o reino funcionasse como mais uma garantia da excelência do sangue que tão inopinadamente D. Afonso IV fizera jorrar. O que

---

<sup>33</sup> A expressão entre parêntesis está apenas num dos códices usados na edição.

<sup>34</sup> “ultra mar” no outro códice usado na edição.

<sup>35</sup> Acenheiro, *Chronicas*, pp. 128-129. O negrito é meu, o itálico está assim na edição.

de momento mais importa fazer notar é, porém, que a expressão que Acenheiro aqui usa para designar a sua fonte é a mesma com que anteriormente se referira à obra a que Diego Catalán chamou *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*:

«e a coroniqua de Galliza **feita da destroiçam delRei Rodrigo e como se reformou** per o Infamte Dom Payo diz»<sup>36</sup>; «mas **as Caronicas antigisimas** de Portugal, que de sam de Galiza, Reyno emvemcyvel que amdava conjumto com Portugal, dizem»<sup>37</sup> «aymda que **as velhas** [crónicas] de Galliza dyzem»<sup>38</sup>

Parece-me, portanto, bastante provável que também a historieta do Castro e do Imperador Afonso VII constasse dessa mesma obra e que tenha sido a ela que Acenheiro uma vez mais recorreu para contar esta importante *façanha* de um antepassado de D. Inês. Na verdade, além do facto de a passagem atrás citada não constar do *Sumário*, do carácter de «adiçam» que explicitamente lhe é atribuído e da designação com que Acenheiro aí se refere à sua fonte – circunstâncias que por si só me parecem decisivas no sentido de estarmos perante mais um trecho da por ele anteriormente citada «Coronica Gallega» –, haverá que ter em conta que nenhuma das suas outras fontes, hoje perfeitamente identificadas, contém este episódio<sup>39</sup>.

Assim sendo, esta circunstância permite-nos conhecer um pouco mais da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, ao mesmo tempo que nos obriga a

---

<sup>36</sup> Acenheiro, *Chronicas*, p. 6. Quem «se reformou» foi, evidentemente, a Espanha (= Península Ibérica). Negrito meu.

<sup>37</sup> Acenheiro, *Chronicas*, p. 13, negrito meu. É provável que este tipo de referências à Galiza se deva, como bem pensa Catalán (e o secunda Sena, apesar da sua incorrecta identificação das fontes de Acenheiro) à linguagem arcaica que a obra evidenciaria.

<sup>38</sup> Acenheiro, *Chronicas*, p. 28. Negrito meu.

<sup>39</sup> Advirta-se que, ao contrário do que muito equivocadamente crê Jorge de Sena [*Estudos de História e de Cultura*], a «Coronica Gallega» não pode de maneira nenhuma ser identificada com uma versão da de 1344, não só porque desta crónica não consta nada do que Acenheiro atribui à «gallega», mas também porque a passagem em que Sena se apoia para sustentar tal uso (fala de um dos carrascos de Inês ao seu algoz) deriva, como vimos já, do *Sumário*.

repensar o problema da sua estruturação geral. Com efeito, visto que a Crónica incluiria, como acima vimos, uma secção dedicada aos reis asturianos, leoneses e castelhanos, essencialmente baseada numa versão desconhecida do *Liber Regum*, e uma História dos reis de Portugal também baseada, parcialmente pelo menos, em materiais anteriormente existentes, o mais simples seria supormos-lhe um critério cronológico de organização da matéria, de acordo com o qual a sùmula de reis castelhanos terminaria com Afonso VI<sup>40</sup>, seguindo-se-lhe a história dos reis portugueses que se pode actualmente ler no manuscrito da *IVª Crónica Breve*. À vista do episódio do Castro e do Imperador é-se, porém, obrigado a admitir que a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* incluiria também, muito provavelmente, a genealogia e/ou uma sùmula do reinado de Afonso VII e que, portanto, por um lado o ponto a que ela chegava no que à história castelhana diz respeito é muito incerto e, por outro, a história portuguesa deveria seguir-se à dos reis castelhanos sem preocupações de cronologia, pois a julgar pelo que dela restou não é provável que a obra patenteasse um método de harmonização de matérias particularmente elaborado.

Além disso, e uma vez que a citação anteriormente fornecida por Acenheiro, respeitante aos casamentos e à descendência de Afonso VI, nos permite perceber que a *Crónica Portuguesa de 1341-1342* se baseava, nessa secção pelo menos, numa *\*Versão Interpolada do Liber Regum* aparentada com a redacção toledana dessa obra e anteriormente manejada também pelo *scriptorium* alfonsino, parece-me consideravelmente provável que também estoutro trecho tenha a mesma origem, ou seja, que também ele fizesse parte do *\*Liber Regum Interpolado* e tenha daí passado para a *Crónica Portuguesa*, de onde, por seu lado, Acenheiro o terá transcrito. Tanto mais que o seu estilo, com a acção rapidamente esboçada e o recurso ao diálogo como importante factor de progressão e estruturação da narrativa está de acordo com o animado

---

<sup>40</sup> Assim supus em Moreira, *Afonso Henriques*, p. 92.

episódio do baptismo da Moura Zaida, precisamente uma das passagens que, tanto pela transcrição que dela faz Acenheiro como pela sua presença na *Estoria de España*, sabemos terem feito inicialmente parte da referida versão do *Liber Regum* e terem daí passado para o texto português. Creio que a análise da tradição historiográfica alfonsina a que de seguida me dedicarei não só confirmará esta hipótese, como nos permitirá abrir um novo e importante capítulo no estudo das suas fontes.

### **O \**Liber Regum Interpolado*, fonte comum da *Crónica Portuguesa de 1341-1342* e da *Versão Crítica da Estória de España***

a) A prisão de D. Urraca e Pedro de Lara na tradição textual da *Estoria de España*

Aventuremo-nos um pouco pela ainda consideravelmente *aspra e forte* selva textual da cronística de raiz alfonsina na sua quarta (e última) parte<sup>41</sup> e vejamos em que medida o episódio citado por Acenheiro foi por ela conhecido, bem como as conclusões que daí se poderão tirar a respeito, senão da sua origem, pelo menos do seu processo de transmissão.

Ora, analisando as diversas versões da *Estoria de España* e seus derivados na secção correspondente ao reinado de D. Urraca e início do de Afonso VII (momento em que esperaríamos encontrar a breve *estória* de que nos temos vindo a ocupar), logo verificamos que:

- (i) A *Versão Amplificada*, a *Crónica Abreviada* e a *Crónica Ocampiana* – que nesta secção se irmanam e decorrem, no todo ou em parte, da *\*versão primitiva* da *Estoria de España*<sup>42</sup> – têm um texto muito

---

<sup>41</sup> Ou seja, aquela que decorre entre os reinados de Fernando I e Fernando III. Embora a divisão da *Estoria de España* em quatro partes remonte longe e conste de diversos manuscritos, poderá considerar-se canonizada pela edição que de duas das suas ramas textuais fez Florian de Ocampo em 1541.

<sup>42</sup> Catalán, *De Alfonso X*, pp. 17-204; D. Catalán, *La Estoria de España. Creación y Evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1992; I. Fernández-Ordóñez (al cuidado



semelhante, o qual é visivelmente uma tradução do Toledano<sup>43</sup>; assim, todas elas atribuem a paternidade de Fernão Furtado, bastardo de Urraca, ao Conde Gomes depois dito *de Candespina* e todas, decalcando muito fielmente o *De Rebus Hispaniae*, contam a união amorosa de Pedro de Lara e Urraca, bem como a oposição da fidalguia, capitaneada por Gomes de Mançanedo e Guterres Fernando de Castro, a esta aliança e a sua decisão de alçar o jovem Afonso Raimundez a rei de Castela e Leão; segue-se em todos estes textos, e sempre de acordo com o Toledano, um ataque ao Lara, que se vê obrigado a fugir da terra, e o cerco a Urraca nas torres de Leão, acontecimento que termina com a imposição de tréguas<sup>44</sup>.

---

de), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid, Centro para la edición de clásicos, 2000. Há vários pontos ainda em aberto quanto à compreensão do complexo processo de constituição interna das diversas ramas textuais da *Estoria de España* e seus derivados ao longo de toda a quarta parte. Porque essa discussão é em grande medida alheia aos propósitos deste trabalho, dispense-me aqui de a detalhar, remetendo para os importantes trabalhos de I. Fernández-Ordóñez, *La Versión Crítica de La Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1993; M. Campa Gutiérrez, «La Estoria de España de Alfonso X: La Versión Crítica en los primeros reyes castellanos», *Actes del X congrés Internacional de l'AHLM*, Volum I, Alacant, 2005 e M. Campa Gutiérrez, «Los reyes de Castilla en la Estoria de España alfonsí: el testimonio del manuscrito F », *Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, I, Universidad da Coruña, 2005. Refiro apenas que a *versão amplificada* parece decorrer directamente da *\*versão primitiva*, ao passo que os restantes textos descenderão de um protótipo que misturou essa versão com a própria *amplificada*.

<sup>43</sup> Roderici Ximenii de Rada, *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica, Corpus Christianorum, Continuatio Medievalis*, LXXII, cura et studio Juan Fernández Valverde, Turnhout, Brepols, 1987, pp. 220-224.

<sup>44</sup> Utilizo as seguintes edições: *Primera Crónica General de España*, ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Gredos, 1977, 3ª reimpressão (*Versão Amplificada* – ou *Sanchi*, como também se lhe chama), pp. 645-649; *Las Quatro Partes Enteras de la Crónica de España* editadas por Florian de Ocampo, Zaragoza, 1541 (*Ocampiana*, que corresponde à 4ª parte do texto editado por Ocampo), fólhos CCCLVIIIa-CCCLXIXb; *Juan Manuel: Crónica Abreviada*, ed. de R. L. Grismer e M. B. Grismer, Minneapolis, 1958, p. 165. Este último texto é o resumo, feito por D. Manuel, de uma versão da *Estoria de España* hoje perdida e usualmente designada por *\*Manuelina*. Por ser resumo, a sua concordância com os restantes textos apenas pode ser observável, como é evidente, ao nível da estrutura geral e da sucessão de episódios. Tem sido, entretanto, sustentado que uma porção da *\*Manuelina* se preserva no ms. Egerton 289 da British Library: M. Hijano Villegas, “La materia cidiana en las crónicas generales: navegando la laguna del manuscrito E2 de la *Estoria de España*”, Congreso Internacional «El Cantar de Mio Cid y el Mundo de la Épica», Burgos, Maio de 2007 [on-line em [http:// www.](http://www.)

- (ii) A *Crónica de Castela* (que no breve reinado de D. Urraca se irmana com a família de crónicas primeiro mencionadas, mas a partir do reinado de Afonso VII decorre do mesmo protótipo em que se baseia a *Versão Crítica*<sup>45</sup>) apresenta, também ela, um texto fundamentalmente idêntico ao do arcebispo de Toledo, embora numa redacção algo diferente da das restantes obras<sup>46</sup>;
- (iii) A *Versão Crítica*, por sua vez, e apesar de nitidamente alicerçada, tal como todos os restantes textos, no *De Rebus Hispaniae*, inclui uma narrativa que, mau grado certas divergências a que adiante me referirei, é muito semelhante à que Acenheiro, certamente baseado na *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, cita; o processo de construção textual aqui seguido é o habitual na cronística alfonsina: até ao momento em que os «altos omes de Castiella e de Leon»<sup>47</sup> decidem fazer de Afonso Raimundez o seu rei, o texto da *Versão Crítica* é basicamente uma muito fiel tradução do Toledano; no ponto em que Ximénez de Rada (e com ele as crónicas antes mencionadas) trata da oposição de Urraca e Pedro de Lara ao recém-alçado rei, insere a *Versão Crítica* o diálogo de D. Afonso com um Castro, a prisão dos amantes e a fuga de Pedro de forma muito próxima à que se encontra na «adiçam» de Acenheiro; após isso, volta o texto a seguir de perto o *De Rebus Hispaniae*<sup>48</sup>.

---

[scribd.com/doc/7074461/Hijano-Villegas-La-Materia-Cidiana-en-Las-Cronicas-Generales-De-La-Estoria-de-Espana](http://scribd.com/doc/7074461/Hijano-Villegas-La-Materia-Cidiana-en-Las-Cronicas-Generales-De-La-Estoria-de-Espana), Consultado em 2 de Janeiro de 2009].

<sup>45</sup> Catalán, *De Alfonso X*, pp. 346 e seg. ; I. Fernández-Ordóñez (al cuidado de), *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*.

<sup>46</sup> Leio a edição de Ramón Lorenzo: *La Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Orense, Instituto «Padre Feijoo», 1975, Vol. I, pp. 681-688. Algumas das diferenças de redacção são, naturalmente, próprias desta rama de manuscritos da *Crónica de Castela*.

<sup>47</sup> M. Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes» y las «Versiones Crítica» y «Concisa» de la «Estoria de España». Estudio y Edición* [texto policopiado], Madrid, Universidad Autónoma, 1995 (Vol. II: pág. 651).

<sup>48</sup> Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, pp. 643-654.

- (iv) Por último, a *Crónica de 1344* afasta-se neste ponto da *Crónica de Castela* – que é a sua fonte estrutural básica de Fernando I em diante – e inclui, tal como a *Versão Crítica*, o diálogo entre Afonso VII e o Castro e a prisão de D. Urraca e Pedro de Lara no meio de um relato que em última instância remonta ao Toledano; o seu texto é, além disso, e como já fez notar Lindley Cintra<sup>49</sup>, claramente derivado do daquela obra alfonsina<sup>50</sup>.

Que conclusões se podem tirar deste rápido confronto? Em primeiro lugar, que a *\*versão primitiva da Estoria de España* (de que decorrem a *Amplificada*, a *\*Manuelina*, a *Ocampiana* e, até à morte de D. Urraca, a *Crónica de Castela*) não continha o episódio cuja transmissão temos vindo a estudar e, certamente devido à incompletude em que ficou, pouco mais seria neste ponto do que uma simples tradução do Toledano, pois só isso poderá explicar que todas as obras que dela decorrem se limitem a seguir o seu texto; depois, que a inserção do episódio no meio de matéria oriunda do *De Rebus Hispaniae* se deve, ou ao redactor do último empreendimento historiográfico patrocinado pelo Rei Sábio, ou a um seu hipotético antecedente, por exemplo um *cuaderno de trabajo* da *Estória de España* mais completo do que aquele que foi usado pelas restantes crónicas; finalmente, que a *Crónica de 1344* depende neste ponto da *Versão Crítica*, pelo que não conheceu, ou pelo menos não aproveitou, a narrativa sobre a prisão de D. Urraca e Pedro de Lara em contexto autónomo do daquela versão da *Estoria de España*.

---

<sup>49</sup> L. F. L. Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Academia de História / INCM, 1951-1990 (Vol. I: pp. CCXCII – CCXCIII). Recorde-se que à época deste estudo a *Versão Crítica* era conhecida essencialmente através da família de manuscritos designada por *Crónica de Veinte Reyes*.

<sup>50</sup> Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, pp. 203-204. O ms. 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca (M), tradução castelhana da primeira redacção da *Crónica*, copiou nesta parte um modelo lacunar e por isso abrange apenas o final do episódio. A lacuna foi detectada pelo próprio copista: “falta hoja”, fólho 336v.

Verosimilmente se concluirá, portanto, que o redactor da *Versão Crítica* (ou um seu antecedente também do *scriptorium* alfonsino) se socorreu de alguma fonte que os restantes cronistas não aproveitaram e talvez não chegassem sequer a conhecer. Mas será possível adiantar algo quanto às características dessa fonte? E qual a sua relação, se alguma houve, com o texto, evidentemente muito próximo, que Acenheiro cita?

b) a *Versão Crítica da Estoria de España* (ou o seu antecedente) conheceu exactamente o mesmo episódio que viria a ser citado por Acenheiro

Comecemos por ver mais de perto o texto da *Versão Crítica*, analisando seguidamente as passagens em que ele diverge do trecho que Acenheiro terá conhecido através da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*:

«De commo alçaron rrey de Castilla e de Leon al infante don Alfonso e de commo priso a su madre e echo de la tierra al conde don Pedro.

En el quarto año del regnado del rey don Alfonso [seguem-se as habituais indicações cronológicas], allegaron se todos los altos omes de Castiella e de Leon; e ovieron su acuerdo de alçar rrey a don Alfonso, fijo de la rreyna doña Urraca e del conde dom Rremondo, el que criavan en Gallizia, e que era ende ya rey, asi commo deximos. E teniendolo todos por bien, alçaron rrey al sobre dicho don Alfonso; mas contrallava le su madre, la rreyna, e el conde don Pedro de Lara. El rrey don Alfonso, temiendose que le deseredarie del rregno el conde don Pedro, fablo con sus vassallos e dixoles: “Commo podria aver derecho de mi padrasto?” E Gutierre Ferrendes de Castro le dixo: “Señor, prendelde en estas cortes que vuestra madre faz agora en Palençia, e aun a vuestra madre con el. E si non, nunca seredes señor de la tierra”. E el dixole: “Non he cavalleros con que lo pueda fazer”. Et Gutierre Ferrandes le dixo: “Señor, yo vos dare treynta e çinco cavalleros e trezientos omnes a pie, si lo queredes fazer”. E aquella noche, fueron se todos para sus posadas e fynco el conde don Pedro solo muy segurado con la rreyna doña Urraca. E a la noche, despues que ovieron çenado, entro el rrey don Alfonso por el palaçio e prendio luego a su madre; e desi a su padrasto; e echo la madre en las torres de Leon. E el conde don Pedro, cuydando ser muerto, fizo le pleito e omenaje que nunca tornase en su madre e que el salerie luego de toda la tierra suya.»<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, p. 651.

Como facilmente se constatará, o texto da *Versão Crítica* diverge da citação de Acenheiro em basicamente cinco aspectos: tempo e natureza da relação existente entre Pedro de Lara e a rainha; razão pela qual esta relação ameaçava os interesses de Afonso Raimundez; paternidade de Fernão Furtado<sup>52</sup>; identidade da personagem que aconselha e ajuda o futuro Imperador a prender sua mãe e respectivo companheiro; destino de Urraca e Pedro após serem presos.

Notemos, em primeiro lugar, que apesar de todos eles constituírem importantes divergências de pormenor, nenhum chega propriamente a afectar o enquadramento e a estruturação geral da narrativa, que facilmente se reconhece serem os mesmos em ambos os textos. Com efeito, em qualquer um deles, e de forma visivelmente idêntica, Afonso VII sente-se ameaçado, dialoga com os vassallos, declara-se impotente para fazer frente à ameaça e recebe uma proposta de ajuda vinda de um nobre da linhagem dos Castro, assim como em ambos os textos Pedro de Lara e Urraca são presos de noite e vêm-se por isso obrigados a separarem-se.

Por outro lado, se a *Versão Crítica* não se refere aqui à morte de Afonso de Aragão nem declara explicitamente casados a rainha e o Lara, a verdade é que não deixa de mencionar a união dos dois, considerando-a posterior à separação de Urraca e do rei aragonês<sup>53</sup>, como também não deixa de referir a ameaça que tal união constituía para os interesses de Afonso Raimundez<sup>54</sup>; a divergência na paternidade do bastardo não implica, por seu lado, que a *Versão Crítica* não se tenha previamente referido a esta personagem<sup>55</sup>; a

---

<sup>52</sup> O «Fizllão Furtado» de Acenheiro é, evidentemente, leitura deturpada de «Fernão Furtado».

<sup>53</sup> Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, pp. 648 – 649.

<sup>54</sup> Cf. no excerto transcrito: “El rrey don Alfonso, temiendose que le deseredarie del regno el conde don Pedro (...)”.

<sup>55</sup> Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, p. 648.

respeito do fidalgo que auxilia D. Afonso, notar-se-á que a divergência se verifica apenas quanto à sua correcta e inequívoca identificação, feita na *Versão Crítica* mas não no texto português; finalmente, em ambos os textos Urraca e o Lara são presos e o fidalgo obrigado a fugir, havendo divergências, uma vez mais, apenas na maior pormenorização do relato, pois a crónica castelhana especifica o local da prisão da rainha (as torres de Leão), e a portuguesa o destino do seu companheiro: o Ultramar.

Todos me parecem, além disso, perfeitamente explicáveis pela preocupação da *Versão Crítica* (ou do seu antecedente) em harmonizar essas informações com o relato oriundo do Toledano, que é, como atrás referi, a sua fonte estrutural básica. Vejamos em concreto e em cada um dos casos como isso se deu:

– Tempo e natureza da relação de D. Urraca e Pedro de Lara: conta o arcebispo de Toledo<sup>56</sup> que após a separação do rei de Aragão, Urraca se juntou sucessivamente ao Conde Gomes e a Pedro de Lara, e que esta última união desagradou à fidalguia castelhana e leonesa, que por sua causa decidiu alçar rei a Afonso Raimundez e em conjunto com ele conseguiu exilar o Lara e cercar a rainha; diz-nos em seguida D. Rodrigo que as tropas castelhano-leonesas e aragonesas, capitaneadas estas pelo ex-marido de Urraca, estavam a pontos de se guerrearem quando a iniciativa dos bispos e outros prelados, juntamente com a magnanimidade do rei aragonês, conseguiu impedir o confronto e trouxe a paz aos reinos. Tudo isto aparece também na *Versão Crítica*, que intrcala o diálogo entre Afonso VII e o Castro após o seu alçamento a rei e antes do confronto iminente entre castelhanos e aragoneses e não pode, por isso, aludir à morte do rei de Aragão na mesma altura em que o texto português o faz; também do Toledano advém, sem dúvida, o facto de a *Versão Crítica* não consignar o casamento entre a rainha e o Lara, pois antes havia declarado, tal como o *De Rebus Hispaniae*, que “El conde don pedro,

---

<sup>56</sup> *Historia de Rebus Hispanie*, pp. 220-224.

atreviendose en la privança que avie de la rreyna, mas que non le convenie, e cuydando casar con ella, metio se por mayor que todos e bedava commo rey. Mas los otros altos omes del rregno, pesandoles mucho de la fama de su señora, fueron contra el, e non consentieron que se feziere el casamiento. E por que el casamiento non fue acabado (...)»<sup>57</sup>

– Paternidade de Fernão Furtado e natureza da ameaça aos interesses do futuro Imperador: segundo Ximénez de Rada, é D. Gomes, que virá a ser morto na batalha de Candespina, quem engendra em Urraca um filho de nome Fernão, cuja concepção clandestina explica o apelido «Furtado» que se lhe atribui<sup>58</sup>; exactamente o mesmo diz a *Versão Crítica*, que não pode, portanto, acompanhar o texto português na atribuição da paternidade deste bastardo a Pedro de Lara. Que tal atribuição deveria ser algo corrente e não foi por isso inventada pela crónica portuguesa citada por Acenheiro, demonstra-o, no entanto, claramente o facto de também a ela aludir, dubitativamente embora, a chamada *Crónica Latina dos Reis de Castela*<sup>59</sup>, texto cuja feitura haverá que situar entre 1223 e 1237<sup>60</sup>. Esta divergência na atribuição da paternidade de Fernão Furtado implica, por sua vez, que a *Versão Crítica* atribua ao amante da rainha (e não à existência de um filho saído dessa relação, como faz o texto português) a causa dos receios de Afonso Raimundez a ver-se despossuído da terra, mando ou autoridade régia;

– Identidade da personagem que aconselha e auxilia o futuro Imperador a prender sua mãe e respectivo companheiro: limita-se o trecho citado por

---

<sup>57</sup> M. Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, p. 649.

<sup>58</sup> *Historia de Rebus Hispanie*, pp. 221 – 222.

<sup>59</sup> Cf. *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, edición de Luis Charlo Brea, Madrid, Akal Ediciones, 1999, p. 29. Anteriormente, há possíveis alusões a este assunto na *Historia Compostellana*: M. R. Ferreira, «Urraca e Teresa: o paradigma perdido», *Actas do Congresso In Marsupis Peregrinorum*, Compostela, 2008 (no prelo).

<sup>60</sup> Cf. I. Fernández-Ordóñez, « La composición por etapas de la *Chronica latina regum Castellae* (1223-1237) de Juan de Soria », *e-Spania*, 2 | décembre 2006, [on-line], mis en ligne le 01 février 2008. URL : <http://e-spania.revues.org/index283.html>. Consultado a 1 de Janeiro de 2009.

Acenheiro a identificar esta personagem com um grande homem da linhagem de Castro. Mas a *Versão Crítica* (ou já o seu antecedente) sabia, baseada no Toledano, que Guterres Fernando de Castro tinha sido um dos cabeçilhas do movimento que levou Afonso Raimundez ao trono de Castela e Leão e se opunha à familiaridade do Lara com a rainha<sup>61</sup>; pôde, por isso, e de forma aliás lógica e coerente, identificá-lo com a personagem que se oferece em auxílio do jovem rei;

– Destino de D. Urraca e Pedro de Lara após serem presos: conta o arcebispo de Toledo<sup>62</sup> que, após ter feito rei a Afonso Raimundez, a coligação de nobres castelhanos e leoneses capitaneada por Guterres Fernando de Castro e Gomes Mançanedo expulsou Pedro de Lara da terra e cercou D. Urraca nas torres de Leão. Entende-se assim facilmente que a *Versão Crítica* ou o seu antecedente, que para além deste relato denota ter tido acesso também às informações citadas por Acenheiro, tenha juntado muito habilmente os informes vindos de ambas as fontes, pois intercalou o diálogo entre Afonso VII e o Castro no momento em que Ximénez de Rada dava conta da oposição da rainha e do Lara aos interesses do rei, continuou narrando a captura dos amantes e inseriu, ali onde o episódio lendário se limitaria a mencionar a prisão da rainha, o detalhe, evidentemente oriundo do Toledano, de ter sido nas torres de Leão que D. Urraca ficou retida. Quanto à divergência entre o texto português e o castelhano acerca do destino do amante, notar-se-á, em primeiro lugar, que, ao não considerar a Terra Santa como o local a que se dirigiu Pedro de Lara, a *Versão Crítica* concorda uma vez mais com o arcebispo de Toledo<sup>63</sup>,

---

<sup>61</sup> *Historia de Rebus Hispanie*, p. 223.

<sup>62</sup> *Historia de Rebus Hispanie*, p. 223.

<sup>63</sup> Segundo o Toledano (*Historia de Rebus Hispanie*, p. 223), Pedro de Lara refugiou-se junto ao Conde de Barcelona. O facto não consta, todavia, nem da família textual constituída pelas Crónicas *Amplificada*, *Ocampiana* e *Abreviada*, nem da *Versão Crítica* ou da *Crónica de Castela*. Será, por isso, de considerar a possibilidade de o *scriptorium* alfonsino ter manejado um manuscrito do *De Rebus Hispaniae* de conteúdo ligeiramente diferente dos que actualmente subsistem?



circunstância que por si só explicará a sua opção; mas talvez tenha havido aqui uma razão suplementar, pois após as tréguas entre castelhanos e aragoneses e antes da morte do rei de Aragão insere a *Versão Crítica* um trecho, desconhecido do Toledano e de todas as restantes crónicas castelhanas, sobre a batalha de Bayona e a morte de Pedro de Lara e Alfonso Jordan<sup>64</sup>, cuja proximidade temporal com os eventos anteriormente narrados poderá explicar que o seu redactor (ou o do seu antecedente) tenha omitido, por inverosímil ou desadequada, a ida do régio amante para o «Ultramar».

Parece, assim, evidente que as divergências entre o texto português e o castelhano se devem a um trabalho de harmonização narrativa levado a cabo pelo redactor alfonsino, que terá reunido num todo coerente episódios e informações provenientes de pelo menos duas fontes distintas. Uma dúvida pode, no entanto, surgir: não deveria, nesse caso, a *Versão Crítica*, ou já o seu antecedente, dar conta da existência de versões diferentes dos acontecimentos, por exemplo em relação à paternidade de Fernão Furtado? Mas está longe de ser uma reserva de peso. Na verdade, nem sempre os historiógrafos ao serviço de Afonso X identificavam a existência de versões contraditórias entre as suas fontes, limitando-se várias vezes a optar simplesmente por uma delas. Para dar um exemplo tirado da própria *Versão Crítica*, veja-se o caso da forma como ela relata o confronto de Badajoz entre Fernando II e Afonso Henriques<sup>65</sup>: como até aí tinha feito em tudo o que dizia respeito à História de Portugal, o texto castelhano começa por misturar

---

<sup>64</sup> Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»* I, p. 654. A respeito da origem do episódio de Bayona e de uma possível falha nos manuscritos actualmente conhecidos da *Versão Crítica*, veja-se D. Catalán, *La Épica Española*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 2000, p. 847. A *Crónica de 1344*, que apesar de alguns acrescentos decorre também aqui da *Versão Crítica*, apresenta todavia um texto muito idêntico ao dos manuscritos da obra alfonsina actualmente conhecidos: *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, p. 205. Por outro lado, é sem dúvida este breve trecho que explica que a *Crónica de 1344* tenha dito antes que “E enton [Pedro de Lara] se foy pera Aragõ” [*Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, pág. 204].

<sup>65</sup> Moreira, *Afonso Henriques*, pp. 120 -121 e 152-153.

minuciosamente o relato do Toledano com o da *Primeira Crónica Portuguesa*; ao chegar ao momento da libertação de Afonso Henriques, em que pela primeira vez divergiam as suas duas fontes, limita-se porém a seguir o texto, visivelmente mais favorável ao rei leonês, do arcebispo de Toledo, não fazendo qualquer alusão à versão alternativa que constava da sua outra fonte. Por outro lado, encontra-se na passagem da *Versão Crítica* acima transcrita um sinal claro do processo de junção de materiais díspares: dialogando com o Castro, Afonso VII chama «padrasto» a Pedro de Lara, designação que apenas se compreenderá, ou pelo menos se compreenderá melhor, num texto em que este fidalgo seja casado com a rainha. E se tal não sucede na *Versão Crítica*, que como vimos adopta a versão do *De Rebus Hispaniae*, verifica-se, em contrapartida, e como também já vimos, no texto português citado por Acenheiro, no qual aparece também a designação de «padrasto» atribuída ao Lara. Parece, portanto, evidente que esta incongruência da *Versão Crítica* se deve ao processo de harmonização textual, neste caso algo imperfeitamente realizado, de ambas aquelas versões.

Ora, se, a respeito da prisão de D. Urraca e Pedro de Lara, *todas* as divergências entre o texto da *Versão Crítica* e o da crónica citada por Acenheiro se explicam por um processo de harmonização narrativa levado a cabo pelo redactor castelhano de acordo com os parâmetros típicos da escola historiográfica de Afonso X, duas importantes conclusões se podem desde já adiantar. Em primeiro lugar, que o texto citado por Acenheiro incluía o episódio em causa desnudado de informações oriundas quer da historiografia alfonsina, quer dos seus antecedentes Lucas de Tuy<sup>66</sup> e Ximénez de Rada, circunstância que, coincidindo com o que Diego Catalán apurou acerca da constituição da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*, não pode senão ser

---

<sup>66</sup> Cujo texto, para além de também não incluir quaisquer referências ao episódio que temos vindo a estudar, nem sequer se refere a Fernão Furtado ou a Pedro de Lara: *Chronicon Mundi, Corpus Christianorum, Continuatio Medievalis*, LXXIV, cura et studio Emma Falque, Turnhout, Brepols, 2003, pp. 309-311.

vista como mais um e decisivo argumento a favor da ideia de que também este trecho lhe pertenceria. Depois, que a *Versão Crítica* (ou o seu antecedente) deve com toda a probabilidade ter tido acesso a um texto *em tudo idêntico* ao que Acenheiro transcreveu, embora, e precisamente devido ao processo de harmonização narrativa, tenha preservado menos fielmente que a *Crónica Portuguesa* a configuração inicial do episódio.

Não podemos, por isso, deixar de nos interrogar: terão a *Versão Crítica da Estoria de España* (ou o seu antecedente) e a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342* tido acesso à mesma fonte? E, em caso afirmativo, qual a natureza dessa fonte: tradição oral ou já um texto historiográfico?

c) O *\*Liber Regum Interpolado*, fonte comum da *Versão Crítica* e da *Crónica Portuguesa de 1341-1342*

Em 1951, Lindley Cintra<sup>67</sup> notava que os episódios em que a *Versão Crítica* tratava dos confrontos entre Afonso VII e a mãe (incluindo aquele que temos vindo a analisar e um outro sobre a morte da rainha às portas da igreja de Leão<sup>68</sup>) apresentavam significativos pontos de contacto com o conjunto de acções, também narradas pela mesma crónica, em que Afonso Henriques se opunha à aliança estabelecida entre sua mãe e Fernão Peres de Trava. Desta semelhança retirou o investigador português a conclusão, sem dúvida razoável, de que ambas as tradições lendárias faziam parte da produção jogralesca castelhana ou leonesa, de onde, por sua vez, as teria colhido o redactor da *Versão Crítica*. Anos depois, Diego Catalán conseguiu, todavia, provar que a fonte desta obra para a história lendária de D. Afonso Henriques não foi um poema jogralesco, mas sim um texto historiográfico português<sup>69</sup> mais tarde

---

<sup>67</sup> Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, pp. CCCLXVIII-CCCLXX.

<sup>68</sup> M. Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, p. 659.

<sup>69</sup> O que não significa, claro está, que não tenha nunca existido o poema épico (ou outras tradições orais) suposto por Cintra (e, independentemente dele, por Theodore Babbitt e

aproveitado também pelo redactor da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-42*. Pelo menos este conjunto de acções não foi, portanto, colhido da tradição oral pelo redactor da *Versão Crítica da Estoria de España*. Tê-lo-á sido o episódio da prisão de D. Urraca e Pedro de Lara?

A ideia de que a *Versão Crítica da Estoria de España/ Crónica de Veinte Reyes* baseou o seu texto não apenas na primitiva redacção alfonsina da *Estoria de España*, mas também nas próprias fontes e materiais preparatórios que na sua feitura se usaram remonta longe, aos trabalhos de Menéndez Pidal, Cintra<sup>70</sup> e Catalán<sup>71</sup>, e foi posteriormente confirmada ou aperfeiçoada por Inés Fernández-Ordóñez<sup>72</sup>. Um exemplo desse procedimento, que aqui recordo por estar em parte directamente relacionado com o reinado de Afonso VII, é o do chamado *Crónicon Lusitano*<sup>73</sup>. A *\*Versão primitiva* da *Estoria de España* reflectida na *Versão Amplificada* e nas *Crónicas Ocampiana* e *de Castela* (que aqui se irmana com esta família textual) já se socorrera desse texto português para dar conta de algumas batalhas do tempo de Afonso VI<sup>74</sup>. Mas a *Versão Crítica*, para além de ter tido provavelmente acesso a uma versão mais elaborada da compilação alfonsina<sup>75</sup>, volta a usar directamente o *Crónicon Lusitano*: incorpora novos feitos militares do conquistador de Toledo<sup>76</sup> e, já no

---

António José Saraiva); *apenas* que não foi desse(s) presumível(is) texto(s), mas já de uma obra historiográfica, que se socorreu a *Versão Crítica*. Catalán repisou esta ideia em *La Épica Española*, pp. 53-58. Cf. também Moreira, *Afonso Henriques*, pp. .

<sup>70</sup> Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, pp. CCLXXV-CCLXXVIII.

<sup>71</sup> D. Catalán, *La Estoria de España*, pp. 105-106.

<sup>72</sup> I. Fernández-Ordóñez, *La Versión Crítica de la Estoria de España. Estudio y Edición desde Pelayo hasta Ordoño II*, pp. 245-255.

<sup>73</sup> Texto basicamente constituído por duas séries de anais, habitualmente chamadas *Annales Portugalenses Veteres* e *Anais do Rei D. Afonso Henriques*. Cf. P. David, «Annales Portugalenses Veteres» in *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe siècle*, Lisboa, 1947.

<sup>74</sup> Catalán, *La Estoria de España*, p. 101.

<sup>75</sup> Hipótese inteligentemente defendida por I. Fernández-Ordóñez, *La Versión Crítica*, pp. 245-255.

<sup>76</sup> Catalán, *La Estoria de España*, p. 105.

reinado de Afonso VII, aproveita os anais portugueses para dar conta de uma derrota de Afonso Henriques em Tomar<sup>77</sup>.

Ora, à luz deste seu procedimento e de tudo quanto temos visto, creio que estamos em condições de afirmar que, à semelhança dos confrontos de Afonso Henriques com sua mãe e padrasto, também o episódio da prisão de D. Urraca e Pedro de Lara não terá sido colhido pela *Versão Crítica da Estoria de Espãna* da tradição jogralesca, mas sim de um texto historiográfico. Vimos, com efeito, que a citação que desse episódio fez Acenheiro devia com toda a probabilidade constar do mesmo texto de que ele já tinha retirado algumas informações acerca dos casamentos de Afonso VI, ou seja da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*; que, segundo Catalán magistralmente demonstrou, essas informações provieram de certa *\*Versão Interpolada* do *Liber Regum* aparentada com a redacção toledana desta obra e anteriormente manejada também pelos redactores da *\*Versão primitiva da Estória de España*; finalmente, que podemos, por isso, supor que a prisão de Urraca e do Lara tenha tido a mesma origem, ou seja, tenha passado directamente do *\*Liber Regum Interpolado* para a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*. Ao constatararmos, agora, que a *Versão Crítica da Estoria de España*, procedendo embora aos habituais e esperáveis procedimentos de harmonização textual, denota ter conhecido exactamente o mesmo episódio que Acenheiro cita, e ao sabermos que o seu redactor teve acesso às fontes e materiais preparatórios da primeira redacção alfonsina, não podemos deixar de considerar extremamente provável que, por um lado, tenha sido ele (e não um seu hipotético antecedente ou intermediário) quem juntou o episódio da prisão de D. Urraca e Pedro de Lara às informações oriundas do Toledano e, por outro, que, tal como os redactores da *\*Versão primitiva*, também o da *Versão Crítica* tenha recorrido ao *\*Liber Regum Interpolado* para completar a narração

---

<sup>77</sup> Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol.I, pág. CCCLXXI; Catalán, *De Alfonso X*, p. 257.

que lhe fornecia o texto de D. Rodrigo Ximénez de Rada, podendo assim apresentar um relato dos princípios do reinado de Afonso VII mais completo e animado do que os que fornecem tanto o arcebispo de Toledo como todas as restantes crónicas castelhanas. É esta pelo menos uma hipótese seguramente mais económica – e por isso preferível – do que a alternativa de supormos que a *Versão Crítica* e a Crónica citada por Acenheiro tenham recolhido da tradição oral, e de forma totalmente independente uma da outra, exactamente o mesmo conjunto de acções.

Ocorre, até, perguntar se outros episódios que apenas se encontram na última redacção da *Estoria de España* não terão tido a mesma origem. Dois, pelo menos, creio que merecem alguma atenção. Vimos atrás<sup>78</sup> que tanto nas crónicas *Amplificada* e *Ocampiana* como na *Versão Crítica da Estoria de España*, o capítulo dedicado aos casamentos e descendência de Afonso VI está minuciosamente construído com base nos relatos de Lucas de Tuy, de Ximénez de Rada e da mesma *\*Versão Interpolada do Liber Regum* que seria mais tarde manejada pelo redactor português da *Crónica de Espanha e Portugal de 1341-42*, o que sem dúvida significa que todas aquelas obras o herdaram da primitiva redacção alfonsina. Nem todo o seu conteúdo fica, porém, assim explicado. Com efeito, ao mencionarem D. Urraca entre a descendência daquele rei, todas as crónicas (incluindo também a *de Castela*) referem o seu casamento com Raimundo e o nascimento de seus dois filhos, Afonso e Sancha, aproveitando para contar brevemente a vida piedosa desta última Infanta e prometendo voltar a tratar dela «do sera en su lugar et conuerna»<sup>79</sup>. Este local conveniente seria, sem dúvida, e de acordo com os parâmetros de organização textual habituais na *Estoria de España*, o reinado de seu irmão, o Imperador Afonso VII. Verifica-se, todavia, que apenas a

---

<sup>78</sup> «Acenheiro, a “Coronica Gallega” e o ms. 290»

<sup>79</sup> *Primera Crónica General*, p. 520; Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, p. 437; *Las quatro partes enteras... (Ocampiana)*, fólio CCCc; *Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I, p. 406.

*Versão Crítica da Estoria de España* cumpre a promessa, pois volta efectivamente a referir-se a D. Sancha, dedicando-lhe praticamente um capítulo<sup>80</sup> cujo conteúdo não se encontra nem no *Chronicon Mundi* nem no *De Rebus Hispaniae*. No local correspondente da *Amplificada* e da *Ocampiana* lê-se, pelo contrário, uma simples tradução do Toledano, e o mesmo acontece na *Crónica de Castela*<sup>81</sup> que, convém recordar, se irmana com a *Versão Crítica* precisamente a partir do reinado de Afonso VII. Tudo indica, portanto, que os redactores da versão primitiva da *Estoria de España* tiveram já acesso a uma fonte sobre a santa vida dessa Infanta e tencionavam aproveitá-la quando chegassem a redigir o reinado de seu irmão, mas que isso nunca chegaria a acontecer. Tão pouco voltou ao assunto o protótipo da *Crónica de Castela* e da *Versão Crítica*, que neste ponto se limitaria a seguir o arcebispo de Toledo. Só o redactor deste último texto, que dedica quase um capítulo inteiro do reinado de Afonso VII às boas obras de sua irmã Sancha, conseguiu dar continuidade ao que ficara anunciado, e é evidente que se baseou na mesma fonte a partir da qual já os redactores da \**versão primitiva* tinham referido e antecipado o assunto<sup>82</sup>. Menéndez Pidal<sup>83</sup> e Diego Catalán<sup>84</sup> supuseram que essa fonte seria uma tradição oral ou uma lenda piedosa, mas, ao vermos que a primeira

---

<sup>80</sup> Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, pp. 680-681.

<sup>81</sup> Seguindo fielmente o Toledano, tanto a *Amplificada* e a *Ocampiana* como a *Crónica de Castela* narram a divisão dos reinos e a tomada de Córdoba sem solução de continuidade. A *Versão Crítica*, por seu lado, intercala entre um e outro acontecimento as boas obras da Infanta Sancha e algumas outras informações que pelo estilo facilmente se reconhecem tiradas de anais. Cf. *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica*, pp. 228 – 229; *Primera Crónica General*, p. 655; *Las quatro partes enteras...* (*Ocampiana*), fólhos CCCLXXIId e CCCLXXIIIa; *Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I, pp. 692-693; Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, pp. 680-681.

<sup>82</sup> O que, por analogia, vem, aliás, reforçar a ideia de que foi também o redactor da *Versão Crítica*, e não o seu antecedente, quem interpolou a prisão de D. Urraca e Pedro de Lara no meio de texto vindo do Toledano.

<sup>83</sup> *Primera Crónica General de España*, 2ª edición, Madrid, Gredos, vol. 2, pp. CLXXIII-CLXXIV.

<sup>84</sup> Catalán, *La Estoria de España*, pp. 52 e 103 («Fuentes de cada capítulo en particular»)..

referência à santidade de D. Sancha ocorre num capítulo em que se aproveitou o *\*Liber Regum Interpolado*, e depois de termos considerado muito provável que a *Versão Crítica* se tenha voltado a socorrer desse texto no início do reinado de Afonso VII, não podemos deixar de colocar a hipótese de também as acções piedosas da irmã do Imperador (ou pelo menos algumas delas) terem tido a mesma origem.

O mesmo se poderá dizer de um episódio cujo interveniente é uma vez mais D. Urraca. Conta-nos a *Versão Crítica* que após ter sido libertada pelo filho, voltou a rainha a atentar contra a terra provocando guerras e roubando mosteiros até que a sua impiedade lhe provocou a morte, fulminada às portas da igreja de Leão<sup>85</sup>. O facto não consta nem da *Amplificada* nem da *Ocampiana* ou da *Crónica de Castela*, que mais uma vez se limitam a seguir o texto do arcebispo de Toledo<sup>86</sup>, e parece seguro que a sua inclusão se deve ao aproveitamento de alguma fonte por parte do redactor da *Versão Crítica*. Além disso, e como já Lindley Cintra deu a entender<sup>87</sup>, o episódio está intimamente ligado à cena da prisão de Urraca e do seu amante, pois conclui e pressupõe o confronto entre mãe e filho que ali se iniciara. Ora, se, como vimos, esta última cena fazia muito provavelmente parte do *\*Liber Regum Interpolado*, ao admitirmos a sua estreita ligação com a sacrílega morte de Urraca teremos forçosamente de encarar a possibilidade de também esse episódio ter tido a mesma origem. Não temos, no entanto, nem aqui nem no caso de D. Sancha, o precioso auxílio das citações de Acenheiro e não podemos, por isso, ir além de suspeitas razoáveis.

---

<sup>85</sup> Campa Gutiérrez, *La «Crónica de Veinte Reyes»*, p. 659.

<sup>86</sup> A *Versão Crítica* intercala a violenta morte de Urraca entre o elogio de Afonso VII e a conquista de Calatrava. No Toledano e em todas as outras crónicas, o elogio e a conquista seguem-se sem solução de continuidade. Cf. *Historia de Rebus Hispanie sive Historia Gothica*, p. 225; *Primera Crónica General*, pp. 649 - 650; *Las quatro partes enteras...* (*Ocampiana*), fólio CCCLXX; *Traducción Gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, vol. I, pp. 688-689.

<sup>87</sup> Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, pp. CCCLXVIII-CCCLXX.



Seja como for, creio que este conjunto de factos e hipóteses permite-nos levantar um pouco mais do espesso véu que a atribulada trajectória da produção textual da Idade Média lançou sobre duas interessantes obras da historiografia em vulgar da Península, o *\*Liber Regum Interpolado* e a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342*. Esta terá dedicado aos reis castelhanos um espaço maior do que se poderia supor, visto que alcançaria pelo menos a genealogia e/ou o reinado de Afonso VII; aquele parece ter sido uma versão particularmente novelesca do *Liber Regum*, recorrendo com alguma frequência a enredos animados, diálogos e peripécias. Dele se aproveitaria não só a *\*versão primitiva da Estoria de España*, como era já genericamente sabido, mas também a *Versão Crítica*, que a ele – e não directamente à tradição oral – terá ficado a dever uma parte das suas mais curiosas novidades no âmbito da historiografia de inspiração alfonsina<sup>88</sup>. Haverá também, e finalmente, que salientar uma vez mais o importantíssimo papel desempenhado por um obscuro historiógrafo do séc. XVI que conseguiu salvar do olvido notórios testemunhos de um passado que produziu sem dúvida mais textos do que aqueles com que podemos actualmente contar. Acenheiro não estava, todavia, sozinho. Aqui, ali, além, algures, haverá talvez outros naufragos esperando o resgate...

---

<sup>88</sup> Porque este estudo já vai longo, reservo para outra ocasião o tratamento, à luz das conclusões que aqui apresento, das inegáveis e curiosas semelhanças verificáveis entre a prisão de D. Urraca por Afonso VII e a de D. Teresa por Afonso Henriques. Reflectirei então, entre outras, na circunstância de a *Versão Crítica da Estoria de España* ter conhecido e aproveitado estes dois episódios, os quais, pelo testemunho de Acenheiro, sabemos terem a dada altura feito parte de *uma mesma obra*... Ver, entretanto, F. A. Moreira, «A historiografia régia portuguesa anterior ao Conde de Barcelos», *Cadernos de Literatura Medieval. O Contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*, org. de M. R. Ferreira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, pp. 33-52. A relação do *\*Liber Regum Interpolado* com a *Primeira Crónica Portuguesa* foi também equacionada, e com conclusões por vezes diferentes das que aqui apresento, por F. Bautista, «Original, versiones e influencia del *Liber regum*: estudio textual y propuesta de *stemma* », *e-Spania* [En ligne], 9 | juin 2010, mis en ligne le 19 juillet 2011, consulté le 11 décembre 2011. URL : <http://e-spania.revues.org/19884> ; DOI : 10.4000/e-spania.19884